

A revolução e a questão política da liberdade

Apesar de algumas reservas, o livro de João Martins Pereira é um primeiro e importante exemplo da experiência histórica vivida após o 25 de Abril e, até agora, reflectida em análises que quase não têm ultrapassado o circunstancial e pouco distante artigo de imprensa

João Martins Pereira
«O Socialismo, a Transição
e o Caso Português»
Livraria Bertrand

A intensidade da experiência histórica vivida após o 25 de Abril começa a surgir reflectida em análises que ultrapassam o circunstancial e pouco distante artigo de imprensa. O livro de João Martins Pereira (escrito, aliás, há mais de meio ano) é um primeiro e importante exemplo. Importante pela liberdade intelectual do autor — a partir, naturalmente, de pressupostos ideológicos de que se pode discordar — e pela preocupação de teorizar o que se passou em Portugal em linhas de força detectadas em experiências alheias (União Soviética, China, Cuba, Chile, Espanha da guerra civil). E o mais interessante do livro será, até, a reflexão indirecta que assim se produz sobre os acontecimentos portugueses, envolvendo alguns dos problemas fundamentais que a transição para o socialismo tem posto: reforma ou revolução, vanguarda e direcção política das massas, estímulos materiais ou estímulos «morais» na fase da reconstrução, combate ideológico-cultural, prioridades económicas, etc. Que nem todos os problemas que deveriam ser analisados frontalmente o são — e penso essencialmente na questão política da liberdade — releva, já, da minha discordância quanto à inspiração que guia o estudo de J.M.P.

O Portugal entre 25 de Abril e 25 de Novembro foi, para J.M.P., um ensaio falhado de arranque revolucionário, não obstante considerar que continua a viver-se neste país uma situação pré-revolucionária (cuja caracterização, à luz de constantes surpreendidas em experiências históricas de outros países, é objecto de exame cuidadoso).

E o ensaio terá falhado, em última análise, porque não se efectuou uma ruptura radical com o sistema vigente — ou seja, com o capitalismo e as suas várias manifestações económicas, culturais e políticas, na formação social portuguesa. Por sua vez, a ausência de corte traduziu a carencia de uma direcção política adequada ao movimento anticapitalista popular que irrompeu logo após o 25 de Abril. O PCP, partido potencialmente revolucionário (potencialmente por ser «aquele que efectivamente controla a mais importante fracção do proletariado e dos assalariados rurais») escolheu «a estratégia que privilegia o poder do Estado sobre o poder social» e assim, por exemplo, participou nos Governos Provisórios. Tal estratégia — «para a qual a conquista do poder político se traduz na substituição dos aparelhos de poder do Estado e não na imposição revolucionária de um novo poder» — estigia ao domínio do aparelho militar e paramilitar.

Assim — continuando a seguir, o essencial do raciocínio do autor — o «movimento popular» ficou sem apoio, sem direcção política, entregue a si próprio, e por isso incapaz, além do mais, de estabelecer as indispensáveis alianças de classe.

Este enunciação esquemática facilita a discussão das ideias básicas sobre as quais se desenvolve a análise de J.M.P. — aliás solidamente estruturada, pois, como opção radical e «pura», evita escolhos teóricos, corta a direito e articula-se

com lógica a partir de pressupostos que importa, aqui, debater. A exigência de ruptura, por exemplo, é uma ideia-chave. Ela envolve a própria noção de socialismo (e de comunismo) que o autor perfilha. No plano teórico, o socialismo surge como o contrário do capitalismo; no plano da prática política revolucionária, exige-se um corte absoluto com o passado (implicando, nomeadamente, o isolamento do País em transição do contexto internacional, capitalista, que o envolve, o que não se fará ser a nacionalização integral do comércio externo e, até, sem dispensar a importação de certas tecnologias).

Ao definir-se o socialismo pela negativa corre-se, porém, um grande e ambicioso risco. Primeiro, porque, ironicamente, será o capitalismo quem, assim, determinará, «o contrário», o próprio socialismo, numa operação dialéctica inintelectual, sendo reconhecidamente o capitalismo «o primeiro sistema global no decurso da História», penetrando «todos os domínios da actividade humana», a instauração do seu exacto oposto por acto de vontade (que, em maior ou menor grau, uma revolução não pode deixar de ser) aparece com um sinal, de ambição desmedida. Ambição, de resto, cuja concretização as experiências históricas de ruptura e de invocada construção do socialismo estão longe de realizar — mesmo em Cuba (e é o próprio J.M.P. que, com o rigor que o caracteriza, chama a atenção para tal), mesmo na China.

O facto de as rupturas não se terem dado em países de capitalismo industrial, ao contrário do que previa o marxismo tradicional, merecia, por outro lado, uma atenção mais demorada. A divisão do Mundo em blocos ou esferas de influência, após Talta, é uma explicação insuficiente (até porque deixaria de fora o próprio caso da União

Soviética, e outros). A ideia de que tudo se joga à escala mundial, devendo atacar-se, primeiro, os «els fracas» da cadeia capitalista, também não esclarece muito a razão de se considerarem mais susceptíveis de alteração revolucionária precisamente os países e as sociedades onde menos amadureceu o sistema e as sociedades onde menos se encontra o sistema que se pretende substituir pelo seu dialectico contrário.

Então, aqui, a explicação hoje usada a torto e a direito: o domínio cultural da burguesia, que seria muito forte nos países de capitalismo mais desenvolvido e dificultaria o avanço do socialismo. Daí, também, a necessidade da revolução cultural. Aliás, citando Gramsci, J.M.P. não só reconhece a importância decisiva da instância cultural-ideológica, como a chega a considerar dominante.

Ao passar-se, assim, um atestado de menoridade mental às classes trabalhadoras do mundo capitalista industrializado, não se resolve o problema político central da legitimidade para impor os contravalores. Por isso não surpreende que «as revoluções culturais», por muito de positivo que contenham, não prescindam, em regra, de uma grande dose de paternalismo e de uma forte repressão — que, por ser mais psicológica do que física, não deixa de ser violenta. É fácil dizer que tal repressão mais não é do que uma faceta imprescindível da ditadura do proletariado; mas como — nos países industrializados pelo menos — a espontaneidade dos trabalhadores está «viciada» pelo domínio cultural da burguesia, alguém terá de impor uma nova escala de valores (por exemplo, para decidir das motivações para trabalhar: estímulos materiais, ou consciência revolucionária de participação numa tarefa exaltante?).

E desta maneira estarmos chegados à questão decisiva da direcção política das massas, do partido de vanguarda. O problema «da relação partido-massas ou poder de Estado-poder das massas» é largamente tratado por J.M.P.

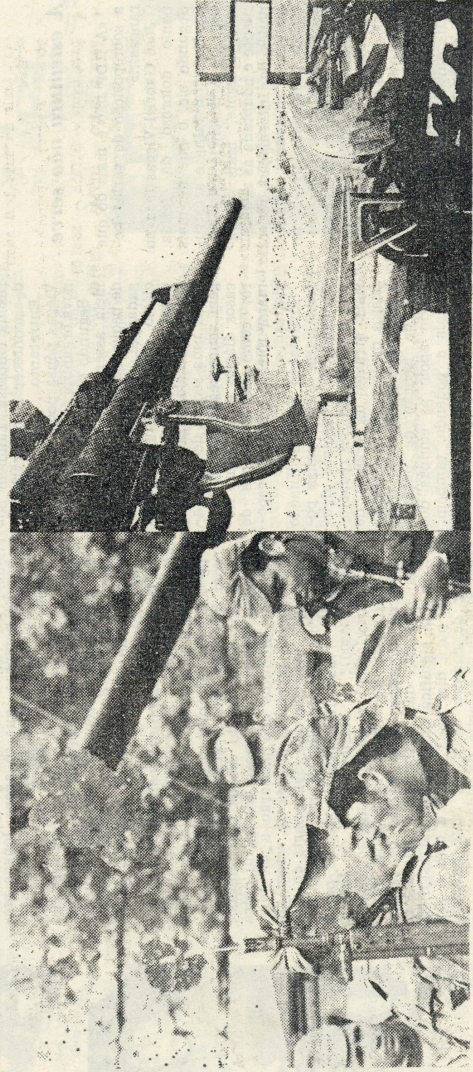
Reconheceu a necessidade de um partido de vanguarda e de um poder de Estado na fase de transição para o socialismo, J.M.P. adverte que «a relação partido-massas terá de estruturar-se de forma a não bloquear o próprio processo», referindo-se à «relação muito íntima, ainda que sempre contraditória, entre vanguarda e massas», diz que «terão de ser encontrados mecanismos muito flexíveis que venham a permitir o progressivo desaparecimento dessa distinção». E acrescenta: «Mecanismos que possibilitem a manifestação das contradições, o desenvolvimento da luta de classes «dentro das próprias estruturas do aparelho de Estado».

Curiosamente, esta última afirmação sugere que, afinal, o Estado — não obstante a sua natureza de classe — de algum modo se há-de situar acima da luta de classes, visto que a enquadra como suporte institucional e, assim, até certo ponto a arbitra, mesmo num país em transição para o socialismo. Ora é a pobreza da reflexão sobre o Estado que, creio, conduz no livro de J.M.P. à incapacidade para resolver politicamente o problema da liberdade, tanto na relação partido-massas como na relação poder político-governados. Afinal, sempre uma relação dirigidos-dirigidos.

«A vanguarda revolucionária (não pode) ser concebida por um pequeno aparelho de revolucionários iluminados que, a dado momento, exercem eles próprios uma ditadura sem nome» das classes que dizem representar», observa J.M.P. So que, como antídoto para tal «desvio» (e para o que se produza a nível do Estado propriamente, na fase de transição) o autor parece só dispor, essencialmente, de um remédio: uma correcta aliança de classes, que a vanguarda deve exprimir («a vanguarda revolucionária tem de ser a expressão vigorosa da aliança de classes que suporta a revolução»). Ou seja, o problema da democratização do exercício do poder (do partido, do Estado) é equacionado numa exclusiva óptica de classes e de estratégia de alianças. O que é, de facto, muito curto.

No fundo, recusa-se a «reditiva autonomia da instância política — aliás de acordo com a crença no futuro desaparecimento do Estado, na fase do comunismo» (entretanto, na fase de transição, as manifestações anticapitalistas terão sempre uma explicação expedida: tratar-se-á de vicissitudes e retrocessos da luta de classes, porventura do aparelhamento de uma nova burguesia, agora de Estado). Naturalmente que o não reconhecimento da esfera específica do político — da necessidade de resolver politicamente a questão da liberdade — não seria facilmente compatível com a fidelidade a Marx, por muito que se multipliquem os esforços e as habilidades de exegese, e por muito que certos marxistas (como o citado Gramsci, por exemplo) hajam avançado, já, na abordagem da instância cultural-ideológica e dos problemas do Estado.

Surge estimável, assim, a preocupação de J.M.P. em evitar desvios antidemocráticos nas sociedades em transição para o socialismo e, antes disso, nos partidos que se reclamam de vanguarda revolucionária (dos momentos, de resto, intimamente ligados). Mas, na falta de uma solução política, esta preocupação não passa, na prática, de um voto piedoso, que a experiência histórica não se cansa de desmentir. A mesma experiência também mostra, além disso, que a crença na libertação radical e absoluta do homem, dando origem ao homem novo, serve não poucas vezes para dar boa consciência aos que, sem remorsos, impõem uma tirania total.



O Portugal entre 25 de Abril e 25 de Novembro foi, para João Martins Pereira, um ensaio falhado de arranque revolucionário